

O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio¹.

Frederico Daia Firmiano

Mestre e Doutorando em Sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Araraquara-FCLAr/Unesp; Professor Assistente junto a Fundação de Ensino Superior de Passos/Universidade do Estado de Minas Gerais-Fesp/Uemg (Licenciado); Bolsista CAPES
E-mail: fredericodaia@hotmail.com.

Resumo

Nosso texto é um breve esforço de reflexão sobre aspectos da experiência brasileira recente da busca pela inserção na economia-mundo através das fronteiras abertas pelo complexo de atividades econômicas vinculadas à produção agro-industrial, o chamado agronegócio, à luz das posições contemporâneas sobre o colonialismo, na sua forma clássica internacional, interna e transnacional, trazidas especialmente por Pablo G. Casanova. Com isso, buscamos evidenciar a vitalidade do conceito no estudo de países com história colonial, como o Brasil, partindo do questionamento de alguns aspectos que emergem da discussão feita por autores latinoamericanos, como Cláudio Katz e Mathias Luce, de elementos da teoria do subimperialismo.

Palavras-chave: Colonialismo transnacional, subimperialismo, desenvolvimento, luta dos trabalhadores e dos povos, experiência brasileira do agronegócio.

Resumen

El nuevo colonialismo transnacional y la experiencia del agronegocio brasileño

Nuestro texto es un breve intento de reflexionar sobre aspectos de la experiencia reciente de Brasil de buscar la integración en la economía mundial a través de la apertura de las fronteras de las actividades económicas relacionadas con la producción agro-industrial, llamado agronegocio, a la luz de las posiciones contemporâneas sobre el colonialismo en su forma clásica internacional, nacional y transnacional, traído especialmente por Pablo G. Casanova. Con esto, se destaca la vitalidad del concepto en el estudio de los países con la historia colonial, como Brasil, empezando por la cuestión algunos aspectos que surgen de la discusión realizada por los escritores latinoamericanos como Claude Katz y Luce Mathias, elementos de la teoría del subimperialismo.

Palabras clave: Colonialismo transnacional, subimperialismo, desarrollo, lucha de los trabajadores y de los pueblos, experiencia brasileña de la agroindustria.

Abstract

The new transnational colonialism and the Brazilian experience in agribusiness

Our text is a brief attempt to reflect on aspects of recent Brazilian experience in search of insertion in the world economy through open borders by the complex of economic activities linked to agro-industrial production, the so-called agribusiness, in the light of contemporary

¹ Uma versão breve e preliminar deste texto foi apresentada no 3º Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura na América Latina: integrar para além do mercado, na sessão Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da globalização, no dia 30/03/2010, sob o título "Sobre colonialismo em tempos de globalização e a experiência brasileira contemporânea do agronegócio".

positions about colonialism, in its international, domestic and transnational classic form, brought especially by Paulo G. Casanova. From that, we aim to show the vitality of the concept in the study of countries with a colonial history, such as Brazil, based on the questioning of some emerging aspects of the discussion made by Latin American authors, such as Cláudio Katz and Mathias Luce, the elements of sub imperialism theory.

Keywords: Transnational colonialism, sub imperialism, development, struggle of workers and peoples, Brazilian experience in agribusiness.

Introdução

Nos idos da década de 1930, José Carlos Mariátegui apresentou “...a referência civilizatória primária dos próprios povos indígenas da América e a referência histórica de sua destruição” (CACCIA-BAVA, 2009, p. 108), quando, não sem ironia, tratou dos “bons povos civis” e suas pretensões em “fazer o bem dos povos a eles submetidos”.

Em seus dizeres:

[...] os ingleses libertaram aos índios da ‘tirania’ dos maias, os alemães libertaram aos africanos da ‘tirania’ dos reis negros, os franceses libertaram os habitantes de Madagascar e, para fazê-los mais livres mataram a muitos, reduzindo a outros a um estado que só o nome não é escravidão: assim os italianos libertaram os árabes da opressão dos turcos (MARIÁTEGUI, 1969, p. 24).

Para Augusto Caccia-Bava, o intelectual socialista e revolucionário peruano traz em suas reflexões “...as referências históricas ontológicas para a compreensão do processo de dominação da América Latina, desde os tempos coloniais”, transitando da “...categoria de povos oprimidos (...) à presença concreta dos povos indígenas...”. Mas o incrível, segundo esse autor, é a:

[...] correspondência do pensamento de Mariátegui, ao tratar da relação dos povos indígenas com os projetos políticos governamentais ou filantrópicos, com o início do século XXI, quando se trata da presença desses povos como questão administrativa ou jurídica, entre outras [...] (CACCIA-BAVA, 2009, p. 111).

No Brasil, Florestan Fernandes, em 1981, em “Poder e contra-poder na América Latina”², tratou da questão do colonialismo, problematizando até onde poderia chegar a transformação capitalista em países que não romperam com formas coloniais de exploração do trabalho cujas classes dominantes tornaram-se burguesas no processo de transformação e desenvolvimento capitalista e atrás dele. Haveria uma confusão “nas classes privilegiadas na América Latina” entre a desagregação do regime colonial e o processo histórico-social da descolonização, da qual decorreria uma mistificação acentuada em países que se achariam em transição neocolonial. A desmistificação, porém, estaria sendo feita pela teoria do colonialismo interno que, “...no plano da luta de classes e da oposição política articulada, ela aparece sob as bandeiras do combate ao ‘feudalismo’, às estruturas arcaicas da produção e, principalmente, do anti-imperialismo”, o que, em termos políticos, concederia “vantagem” às classes dominantes por negligenciar a “...necessidade de investigação rigorosa das formas de estratificação engrenada ao capitalismo neocolonial e ao capitalismo dependente...”. Ainda, poria em segundo plano “...a luta de classes propriamente dita,

² Para este artigo, recorremos a versão editada para o segundo volume dos “Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano”, de CLACSO junto com Expressão Popular, de 2008, intitulado “Reflexões sobre as “Revoluções Interrompidas” (Uma rotação de perspectivas)”.

concentrando o impacto sobre os efeitos construtivos da mudança social espontânea, do desenvolvimento e, em particular, da secularização e da racionalização inerentes à expansão do urbanismo e do industrialismo”. Com isso, afirma o sociólogo brasileiro, “...naquilo que ela é teoria crítica, ela se polariza como uma manifestação intelectual do radicalismo burguês e do nacionalismo reformista” (FERNANDES, 2008, p. 46-47).

Na contemporaneidade, autores latinoamericanos têm afirmado que na América do Sul não é possível verificar um tipo de sujeição neocolonial, vale dizer, tal como estaria ocorrendo em várias regiões da África. Para eles, diferentemente, tem sido possível verificar o fenômeno do sub-imperialismo, sobretudo, diante de um quadro de recrudescimento da dominação norte-americana e da emergência do Brasil como país “dominador”, sob a direção do governo Lula, na órbita internacional da América Latina.

Nosso texto objetiva refletir aspectos da experiência brasileira recente da busca pela inserção na economia-mundo através das fronteiras abertas pelo complexo de atividades econômicas vinculadas à produção agro-industrial, o agronegócio, à luz de elementos da teoria do colonialismo, buscando evidenciar sua vitalidade no estudo de países com história colonial, como os que constituem a América Latina e Caribe, passando pela discussão das noções de subimperialismo que vem sendo empregada na contemporaneidade.

A teoria do subimperialismo na contemporaneidade e o lugar do Brasil na órbita internacional latinoamericana

Para Mathias Luce, o conceito de subimperialismo, de Ruy Mauro Marini, designa “...a expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundo, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapõe o esquema simplista da divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia...”, na qual emergem sub-centros econômicos relativamente autônomos (ainda que subordinados a dinâmica global imposta pelos grandes centros), em razão da difusão da indústria manufatureira, que eleva a composição orgânica média nacional do capital. Trata-se da “...forma que a economia dependente assume ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro”, implicando, “...uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma...”, que é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista e se mantém nos marcos da hegemonia constituída (LUCE, 2008, p. 1-2).

O fundamento da teoria do subimperialismo, diz Luce, está na consideração de que as relações entre o capitalismo dominante e a economia dependente implicam em transferências de valor desta última para a primeira, o que obriga as burguesias dos “sub-centros” a recorrer a superexploração do trabalho (que, vale lembrar, corresponde a forma primitiva de acumulação de capital) e a criação de uma “esfera de influência própria”, ou uma “hegemonia regional” como mecanismo de compensação do excedente transferido aos grandes centros. Marini teria identificado uma crise de realização no Brasil dos anos de 1960 que teria sido revolvida pelo Estado no mercado externo. “A importância adquirida pelo mercado externo na realização do capital da indústria manufatureira foi observada através do coeficiente das exportações no ingresso de determinados ramos industriais”, cuja função do Estado foi, precisamente, participar na taxa de inversão e na política de incentivo a exportação.

Segundo Cláudio Katz, os teóricos do subimperialismo teriam captado, acertadamente, o movimento de transformação das burguesias nacionais promotoras do mercado interno em burguesias locais, que priorizam a exportação e associação com as empresas transnacionais. Algo que Ruy Mauro Marini chamou de cooperação antagônica, que foi viabilizado, do ponto de vista econômico, pela estreiteza do mercado interno, afetado pelo baixo poder aquisitivo. Além disso, Ruy Mauro Marini acreditava que a burguesia brasileira comprimiu o poder de compra, em razão da superexploração do trabalho. Na atualidade, prossegue Katz, os teóricos do subimperialismo ressaltam o agravamento

contemporâneo destes desequilíbrios em razão da ausência de consumo de massas equiparável ao das economias avançadas. Estas carências impulsionariam as multinacionais a investir os capitais sobranes gerados pela restrita acumulação interna no exterior. Assim, o Brasil adotaria uma posição subimperial na América do Sul, antes de alcançar o poderio que registraram as principais potenciais do século XIX e XX. Essa assimetria caracterizaria o desenvolvimento desigual e combinado na contemporaneidade (KATZ, 2009, p. 13).

Katz recupera o conceito de subimperialismo, trazido na década de 1960 por Ruy Mauro Marini, que tratou da expansão brasileira, tardia e de forma periférica, e sua associação subordinada aos EUA. “A palavra subimperialismo poderia erroneamente sugerir uma delegação do poder central a periferia. Porém, no caso brasileiro, sempre apontou o processo oposto de maior autonomia das classes dominantes locais”. Diferente dos idos de 1960, quando o sub-imperialismo emergia como um “anti-comunismo”, hoje diz respeito à escalada brasileira, “por conta própria”, à ordem capitalista mundial, como demonstraria a ocupação do Haiti, o abastecimento militar com tecnologia francesa e a imposição de limites a plataforma dos mares na Colômbia (KATZ, 2009, p. 12).

Igualmente, para Mathias Luce, na atualidade

[...] a internacionalização de empresas brasileiras corresponde a uma retomada do subimperialismo, sob novas formas, a partir da expansão do capitalismo brasileiro sob o comando de suas grandes empresas que apoiadas no Estado, se apropriam da mais-valia produzida nas nações sul-americanas, fazendo do continente esfera de influência privilegiada para a inserção do capitalismo em potencial da região sul-americana na mundialização do capital (LUCE, 2008, p. 2).

Seria, pois, uma “estratégia de sobrevivência” empresarial, já que, do ponto de vista interno, da economia brasileira, a abertura comercial e financeira teria expulsado a burguesia brasileira do mercado externo sem nenhuma proteção e, do ponto de vista externo, com a chamada reestruturação produtiva, teria emergido um novo padrão de acumulação e reprodução do capital, que passou a exigir “vantagens” no controle de redes de comércio e distribuição em distintos mercados. “A história econômica recente demonstra a quantidade de empresas que têm sido absorvidas por corporações do capitalismo dominante por não ter se adaptado ao padrão de competência vigente”. Na mesma medida, as empresas que não sucumbiram ao novo padrão de acumulação e mantiveram uma posição dominante sem serem absorvidas por grupos do capitalismo dominante, seria, precisamente aquelas a manter uma estratégia expansionista imperialista (LUCE, 2008, p. 2-3).

Assim, a expansão multinacional apareceria como condição fundamental para a manutenção do novo padrão de acumulação, e, ao mesmo tempo, é uma dimensão do processo de reprodução ampliada do capital, processo no qual os países semi-periféricos se transformam em “emissores de inversões diretas no exterior”, atingindo, segundo Mathias Luce, 10% do montante global no começo dos anos 2000. Entre as 50 maiores multinacionais no ranking das empresas de países semiperiféricos estão as “brasileiras” Petrobrás, Vale e Gerdau (Idem).

Para Cláudio Katz, a expansão das multinacionais brasileiras na América do Sul, financiada pelo governo, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, e apoiada pela “agressiva diplomacia do Itamaraty”. Petrobrás, Gerdau, VM, Oderbrecht, Friboi, Marfrig e Vale comporiam o núcleo de empresas que operam com “níveis elevados de internacionalização”. A fim de sustentar a política das corporações, o Brasil estaria, ainda, se militarizando com tecnologia francesa, atuando para além de suas fronteiras, como demonstram, a partir de 2004, as forças de ocupação do Haiti. Inclusive a continuidade do Mercosul estaria subordinada a sua liderança. Assim, o Brasil estaria

buscando ocupar os espaços criados pela crise de dominação dos Estados Unidos sem, no entanto, chocar interesses (KATZ, 2009, p. 10-11).

É Mathias Luce quem apresenta o quadro sobre a presença de empresas “brasileiras” nos países latino-americanos. Vejamos bem de perto seus dados.

No Uruguai, pelo menos desde 2003, grupos de empresas brasileiras estariam cumprindo importante função no processo de desnacionalização da economia do país, por meio da aquisição de terras e frigoríferos. A Marfrig, através de quatro aquisições entre os anos de 2006 e 2007 se tornou o maior exportador de carne do Uruguai, tendo incorporado os frigoríferos Tacuarembó, por US\$ 35 milhões; Elbio Pérez Rodríguez, por US\$ 25 milhões; La Caballada, por US\$ 26 milhões e Colonia, por US\$ 266,8 milhões. Assim, a Marfrig controla um terço dos serviços da agroindústria de um país que possui 85% do território dominado pela atividade pastoril e tem 60% de sua atividade econômica centrada nos agronegócios e 25% do valor exportado produzido pela pecuária (LUCE, 2008, p. 4-5). Na Argentina, desde a crise de 2001 estaria sofrendo inúmeras operações, fusões e aquisições que deslocaram ativos da burguesia nacional para a burguesia brasileira. Em 2002, com a aquisição da Pecom Energia pela Petrobrás, por US\$ 1,126 bilhões; entre 2002 e 2006, a Quilmes Alimentos e Bebidas pela Ambev, por US\$ 1,8 bilhões; em 2005, a Loma Negra, maior indústria de cimento do país e responsável por metade da produção nacional, pela Camargo Correa, por US\$ 1,025 bilhões e, no mesmo ano, a Swift Armour, maior frigorífero do país, pela JBS Friboi por US\$ 200 milhões, dos quais, US\$ 80 oriundos do BNDES, “...inaugurando a linha de apoio da internacionalização de empresas brasileiras criada pelo governo Lula” (Idem).

No Paraguai, entre outras experiências envolvendo os brasiguaios e a produção da soja, o sub-imperialismo brasileiro se revelaria – para além da Guerra da Tríplice Aliança - nas relações entre os países em torno da Usina de Itaipu, quando, ainda na ditadura militar brasileira, buscou-se “assegurar fontes de matérias primas e energia”. Citando Ricardo Canese, Luce aponta quatro problemas centrais que envolvem o Tratado de Itaipu. Primeiro, a proibição ao Paraguai de venda do excedente energético a outras economias que não seja o Brasil; segundo, o não cumprimento da alternância da gestão da empresa binacional; terceiro, os valores abaixo do mercado pagos pelo Brasil ao excedente energético que o Paraguai o destina e, por fim, a dívida que o Paraguai contraiu quando da construção da represa da Usina e que tem crescimento substantivamente ao longo dos anos, em razão das altas taxas de juros. Mas o Brasil estaria, pois, “manipulado” as relações desiguais no que tange a exploração do potencial hídrico paraguaio, responsabilizando exclusivamente a ditadura de Stroessner pelos termos do Tratado (LUCE, 2008, p. 6-7).

Mas para Mathias Luce, a Bolívia é o caso mais emblemático do subimperialismo brasileiro. Desde a criação da Petrobrás Bolivia S.A. até a eleição de Evo Morales, a empresa acumulou 45,9% das reservas provadas e prováveis de gás e 39,5% das reservas de petróleo. “Na atividade de refino, a empresa controlava 100%, como proprietária integral das duas refinarias, depois de ter incorporado a Pecom. Até 2006, a Petrobrás exportou gás boliviano ao Brasil a preços bastante inferiores aos do mercado”. O próprio governo brasileiro, através de seu embaixador na Bolívia, exprimiu, por meio de um comunicado³, os limites da soberania dos bolivianos em detrimento dos interesses das multinacionais, entre as quais, a Petrobrás. Isto evidenciaria “...como a política de integração regional sustentada pelo Estado brasileiro busca manter a ei de intercâmbio desigual, para benefício das corporações do capitalismo subimperialista”. Com isto, ainda que o decreto de

³ “A dificuldade em transformar em realidade o anseio de grande parte da população boliviana pela industrialização do gás natural reside, justamente, na incompatibilidade entre a execução dos projetos GTL e petroquímicos - que requerem investimentos significativos - e as outras três principais reivindicações dos movimentos populares que derrubaram o Presidente Sánchez de Lozada: evitar a exportação de gás, aumentar a carga impositiva sobre as empresas de hidrocarbonetos e levar a cabo alguma medida de nacionalização dos hidrocarbonetos. A perspectiva da reforma da Lei de Hidrocarbonetos e da realização do referendo vinculante sobre o destino do gás, cujos resultados são imprevisíveis, afastam, no momento, qualquer decisão de investimento”, citado por LUCE, 2008, p. 8.

2006 tenha melhorado a participação do Estado boliviano na renda proveniente dos hidrocarbonetos, a Petrobrás continuando pagando um preço inferior ao que seria justo. Assim, a nacionalização efetiva do setor ainda não aconteceu (LUCE, 2008, p. 6-8).

Peru e Equador também não escapam a escalada brasileira no Cone Sul. No primeiro, avançando sob o controle das atividades extrativistas e industriais que geram divisas e ocupam lugar estratégico na economia do país e se apropriando de território de uma nação composta por povos indígenas. Dentre os países da América do Sul, o Peru é o que apresenta a atividade mineradora (outro, prata, cobre, zinco, chumbo e estanho) como de maior importância na formação do produto interno bruto, se constituindo como o terceiro maior produtor de cobre, zinco e estanho do mundo, o principal produtor de prata, o quarto produtor de chumbo e o quinto de outro. Ocorre, no entanto, que nos idos de 1990, sob o governo de Fujimori, deu início no país uma onda de privatização do setor de mineração. Tendo prosseguido com Alejandro Toledo e com Alan García, que aprofundaram a desnacionalização, empresas brasileiros passaram a se apropriar dos ativos privatizados da economia peruana, entre as quais, a Votorantim Metais-VM que, em 2004, comprou a Refinaria de Zinco Cajamarquilla (consórcio nipo-canadense), que fora estatal até o ano de 1981. “Para que se tenha uma idéia de sua importância, a VM-Cajamarquilla se encontra no 3º lugar do ranking das 50 primeiras empresas de metal-mecânica do Peru, além de apresentar um dos menores custos de produção do mundo em localização estratégica, a 25 Km da capital Lima”. Em 2005, a VM comprou 24,9% da Companhia Minera Milpo, quarta do ranking de mineração de zinco do país. “A finalidade principal do Grupo Votorantim no Peru é oferecer matéria-prima barata para suas atividades industriais no Brasil”. Com isso, já em 2005, a VM controlava 61% da produção de zinco do Peru. Igualmente, a Vale, também em 2004, com apoio da diplomacia brasileira, ganhou a concessão para explorar o cimento de fosfato de Bayóvar, uma das maiores riquezas minerais do Peru. E, em 2006, foi a vez do grupo Gerdau, arrematando a companhia estatal Siderperu, que foi privatizada, maior siderúrgica do país, que emprega 2000 mil trabalhadores. Por fim, vale destacar, junto com Luce, que no ramo de petróleo, a Petrobrás é responsável pela maior área de exploração do país. Em 2005, empresa brasileira investiu mais de US\$ 50 milhões no Peru e extrai hoje, apenas em Talara, cerca de 13.000 barris de petróleo por dia (LUCE, 2008, p. 9-10).

No segundo, Equador, a Petrobrás tem operado num contexto de privatização do setor de hidrocarbonetos, que constitui a base da economia do país, e de flexibilização da legislação ambiental, que tem permitido o avanço sobre o óleo da Amazônia equatoriana, desde o ano de 2002, quando incorporou os ativos da Pecom. “PETROBRAS opera no Bloco 18 e no Campo adjacente Palo Azul, na região Amazônica Equatoriana, de forma ilegal e provocando prejuízos econômicos milionários ao Estado...”, pois teria comprado o equivalente a 70% dos direitos do Bloco 18 em ações da Pecom sem autorização do Ministério das Minas e Energia e teria, também, firmado um convênio de venda de 40% da participação a companhia japonesa Teikoku Oil, sem possuir qualquer direito contratual sobre as áreas de exploração. O que, no entanto, diz Luce, não é o pior. Os blocos que passaram a ser controlados pela Petrobrás apresentam problemas graves, como é o caso do Bloco 31, situado no Parque Yasuní, “...uma das áreas de maior biodiversidade do mundo...”, na qual conflitam a legislação de exploração dos hidrocarbonetos com a legislação ambiental e onde residem povos indígenas que, certamente, serão afetados pela atividade petrolífera da Petrobrás, que tem levado seu projeto adiante. A liberação das atividades da Petrobrás no Bloco 31 teria vindo após compromissos assumidos pelo governo brasileiro junto ao governo equatoriano de liberação de créditos do BNDES para obras de infra-estrutura no Equador, a serem realizadas por construtoras brasileiras. Mas a Petrobrás não é a única empresa brasileira a demonstrar o sub-imperialismo do País no Equador. Ao lado, está a Construtora Norberto Odebrecht, que possui a maior parte de seus negócios no exterior no Equador. “Parcela importante dos empreendimentos da CNO no país contaram com financiamentos de instituições brasileiras”. Além disso, “o perfil dos projetos executados se concentra em grandes obras de engenharia envolvendo o manejo de

bacias hidrográficas...”, o que tem implicações tanto no meio ambiente, quanto nas condições de vida de camponeses e comunidades indígenas (LUCÉ, 2008, p. 10-12).

Nesse contexto, o autor afirma que,

Todas as empresas estudadas apresentam em seu faturamento elevados índices provenientes do mercado exterior. Exceto a Vale, todas essas empresas começaram a ser multinacionais desde a América do Sul. Nos dias de hoje, elas controlam ativos importantes nas economias vizinhas, expressando a transferência de valor realizada pelo subimperialismo para as empresas com capital de origem brasileira. O rol da América da Sul não é um indicador eventual ou casual dos exemplos escolhidos para nossa análise. (...) as principais operações de fusões e aquisições transfronteiras e os maiores projetos *greenfield* estão concentrados na região (LUCÉ, 2008, p. 13).

Na atualidade, a América do Sul se constituiria como “esfera de influência privilegiada” do subimperialismo brasileiro, emergindo como “provedora de matérias-primas” e “fonte de energia” para o Brasil. Assim, as frações da burguesia brasileira e governo compartilhariam a política que reforça a retomada do subimperialismo, enquanto os trabalhadores da Siderperu, os povos indígenas Huaorani, no Equador e os Ashenika, no Peru lutariam com a exploração da Petrobrás.

Mas o que é que fica subsumido na teoria do subimperialismo?

Para nós, desaparece no horizonte do subimperialismo o problema da posição subalterna das classes trabalhadoras e dos povos distintos, sobretudo nos países, como o Brasil, configurados como “dominadores”. Em decorrência, permanecem nublados a forma e os conteúdos do projeto de desenvolvimento desses países tomados como “subimperialistas”, ou seja, fica subsumida a questão do “desenvolvimento para quem?”.

Uma breve definição: as bases da recusa do conceito de colonialismo

Pablo González Casanova afirmou que “a hegemonia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) nos partidos comunistas do mundo deu às suas colocações sobre o problema [do colonialismo] um caráter paradigmático”. Subsumiram as lutas étnicas no interior dos Estados-nação perante “as lutas das nações contra o imperialismo, e a luta de classes no interior de cada nação e em nível mundial...”. Assim, as lutas nacionais somente ganharam sentido como parte da luta antiimperialista e da luta de classes. Na América Latina, quando a categoria integrou a reflexão sobre a construção democrática, “...sua vinculação à luta de classes e ao poder do Estado apareceu originalmente velada” (CASANOVA, 2009, p. 399-401).

Com isso, prossegue o sociólogo mexicano:

A história do colonialismo interno como categoria, e das discussões políticas a que deu lugar, mostraram suas piores dificuldades na compreensão da luta de classes e da luta pela libertação combinada em nível internacional e interno. As correntes ortodoxas opuseram-se durante muito tempo ao uso dessa categoria, optando pela definição dos termos da luta contra o “semifeudalismo” e contra o trabalho servil, sem aceitar que, desde as origens do capitalismo, as formas de exploração colonial combinam o trabalho escravo, o trabalho servil e o trabalho assalariado e que os Estados de origem colonial e imperialista e suas classes dominantes refazem e conservam as relações coloniais com as minorias e as etnias colonizadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas. O fenômeno repete-se uma ou outra vez depois da queda dos impérios e da independência política dos Estados-nação com variantes que dependem da

correlação de forças dos antigos habitantes colonizados e colonizadores que conseguiram a independência (CASANOVA, 2009, p. 401-402).

Na base da recusa quanto a importância do conceito de colonialismo e na sua mistificação atuam cinco principais razões. Primeira, não se compreende que se trata de uma manifestação do desenvolvimento do capitalismo e, igualmente, não se enxerga os sujeitos que lutam a partir das etnias como parte dos trabalhadores, do movimento pela democracia e pelo socialismo. Segunda, não se associa à categoria a luta por um Estado multi-étnico, pelo poder de um Estado dos povos, construído a partir de suas referências políticas, ideológicas, culturais. Terceira, conduz-se, de um ponto de vista conservador, ao etnicismo e outras formas de balcanização e tribalização que tanto serviram para a perpetuação das diferenças e desigualdades no interior do Estado-nacional. “A versão conservadora do colonialismo interno nega ou oculta a luta de classes e a luta antiimperialista, isola cada etnia e exalta sua identidade como forma de aumentar seu isolamento”. Quarta, abandona-se o colonialismo interno em nome da luta de classes. Quinta, o colonialismo interno é rechaçado sob o argumento, estrutural-funcionalista, de que se trata de uma problemática cultural a ser resolvida pela “modernização” e pela “integração nacional” (CASANOVA, 2009, p. 403).

Para nós, junto com Pablo G. Casanova, na atualidade o fenômeno tem se radicalizado pelo processo de globalização, operando na sua forma clássica internacional, na forma interna (sobretudo nos países com história colonial que reproduzem ou reconstituem as relações de exploração daquele período com seus povos nativos) e na forma transnacional, seja por meio de empresas ou regiões.

Brasil: colonialismo, violência e agronegócio.

Francisco de Oliveira configurou o neoliberalismo constituído no Brasil como o “...caldeamento de arraigadas sociabilidades autoritárias (...) com os processos de globalização”. Para o autor, é o “atraso da vanguarda”, caracterizado pela direitização e pelo neoconservadorismo que expressam a radical exasperação dos limites da mercadoria, que coloca o País como “vanguarda do atraso”, ou seja, a inserção nos “limites superiores do capitalismo desenvolvido”, sem atingir patamares mínimos no que toca a garantias de direitos sociais (OLIVEIRA, 1998, p. 208).

Para ele, o projeto político hegemônico brasileiro apóia-se, fundamentalmente, em duas forças associadas aos movimentos de globalização. Uma, diz respeito à financeirização e articula e reitera o financiamento externo da acumulação, uma vez que o processo de mundialização do capital eliminou as possibilidades de ampliação e/ou criação das fontes internas - o que ocorre segundo uma divisão de interesses, uma vez que apesar da emergência das remunerações do sistema bancário, advindas das operações com títulos públicos, esta forma de sobre-valor interno ainda é insuficiente para inserir no processo todas as formas de acumulação internas. E outra que emerge da “...fronteira de mais rápida expansão do capital...”: as exportações, promovidas, sobremaneira, pelo agronegócio brasileiro, no qual dominam os bens de tipo *commodities*. A implicação imediata do movimento de financeirização da economia através do qual o País se projeta na economia global é expressa na penalização dos salários, já que, do ponto de vista produtivo, os lucros financeiros são transferência de renda do setor empresarial-produtivo para o setor financeiro, ou seja, uma das formas de mais-valia, nos termos já definidos por Marx, que promove a retração da produção e da produtividade ou o aumento das taxas de exploração da força-de-trabalho. No caso do Brasil, altamente dependente das exportações, que são ramos muito concentradores, como os do agronegócio da cana-de-açúcar, baseia-se, na maioria das vezes, na alta exploração de mão-de-obra desqualificada (OLIVEIRA, 2003, p. 36).

Em outros termos, significa um projeto de desenvolvimento político e econômico que, para se reproduzir, se apóia sobre bases frágeis de violação – ou violência – do/contra os direitos constituídos junto às classes trabalhadoras e subalternizadas.

Maria Aparecida Moraes da Silva expõe os termos da experiência contemporânea do novo colonialismo e da violência a partir da configuração das relações produtivas do chamado agronegócio. Segundo a autora, hoje, são poucas empresas transnacionais que controlam o comércio nacional e internacional de cereais, sementes e agrotóxicos, quais sejam, Monsanto, Bayer, Syngenta, Dupont, Basf e Dow (sementes), além de Cargill, ADM, ConAgra, Bunge e Dreyfus (cereais). A agricultura familiar, voltada para a sustentabilidade, emprego de mão-de-obra familiar, produção de alimentos e para a segurança alimentar está desaparecendo ou se integrando ao agronegócio perante as determinações destas empresas. Assim, está ocorrendo o fortalecimento de um modelo técnico-científico-agroindustrial-financeiro-mediático, a partir do qual capitais financeiros, de fundos de pensões norte-americanos, investidores nacionais e internacionais, entre outros, passam a ser aplicados na agricultura (SILVA, 2008, p. 65-66).

Ao lado deste processo ocorre uma transformação em relação ao modelo capitalista inglês já refletido por Marx: ao invés da tríade constituída por trabalhadores, proprietários fundiários e capitalistas, estamos diante de uma díade constituída por capitalistas e trabalhadores, já que proprietários fundiários e capitalistas, agora, se fundem numa única pessoa. Junto com este, “...a alta do preço da terra é uma forma de garantir grandes lucros em função da especulação”. E, além disso, “...as fronteiras nacionais se romperam e, sucessivamente, os grandes capitais dominam grandes áreas de vários países, confirmando-se assim o seu caráter apátrida...”. Ainda, importa destacar que a internacionalização da propriedade da terra tem como corresponde a internacionalização de sua renda. No Brasil, o fato é demonstrado pela presença do capital internacional nas regiões do cerrado e da Amazônia, com a compra de terras. “Segundo levantamento do INCRA há 33.228 imóveis (0,64 do total) registrados como propriedades de estrangeiros. Estas propriedades cobrem 5,6 milhões de hectares...”. Do ponto de vista da análise marxiana da propriedade da terra, esta apropriação da terra pelo capital internacional é premissa para a continuação dos padrões atuais de acumulação engendrados pelas empresas transnacionais, levando-se em consideração tanto a valorização da terra quanto o conseqüente aumento de sua renda (SILVA, 2008, p. 66-67).

Nesse contexto, diz João Edmilson Fabrini, a irracionalidade capitalista contida na lógica do latifúndio brasileiro está, pois, combinada com a lógica racional e produtivista do agronegócio (FABRINI, 2008, p. 36). A empresa moderna transnacional, que integra o agronegócio brasileiro, combina relações de produção e de pesquisa científica contemporâneas com a violência e práticas de acumulação primitiva. Isso financiado pelo Estado, já que o agronegócio não é sustentável sem a intervenção estatal permanente (FABRINI, 2008, p. 50).

“São muitos os exemplos de violências de superexploração praticadas por empresas do agronegócio apontados pela CPT...”. Os dados da entidade “...indicam que a acumulação capitalista ocorre também pelo estabelecimento de relações não <<tipicamente>> capitalistas...”, quer dizer, não somente pela racionalidade da produção de mercadorias (Idem).

Por isso, para nós, a violência integra a base do processo de acumulação capitalista através do modelo do agronegócio colonialista contemporâneo.

Os dados da Comissão Pastoral da Terra corroboram nossa assertiva: em 2007, a CPT registrou 1946 casos de superexploração do trabalho e 5974 casos de trabalhadores libertados da condição de escravos. Em 2009, os dados parciais da Comissão Pastoral da Terra sobre conflitos no campo, (conflitos por terra, por água e trabalhistas) registram, de janeiro a julho, 366 litígios, envolvendo 193.174 pessoas, com 12 assassinatos, 44 tentativas de assassinato, 22 ameaças de morte, 6 casos de tortura e a prisão de 90 pessoas. Dos 366 casos de conflito, 246 foram por terra e envolveram 25.490 famílias, das quais, 393 foram expulsas da terra por ação de proprietários e jagunços e 4475 foram

despejadas por ação da Justiça. No período de janeiro a junho do mesmo ano também foram registrados 95 casos de trabalho escravo, envolvendo 3180 pessoas, das quais, 88 menores, além de 2013 casos de trabalhadores libertos (Cf. www.cptnac.com.br).

Duas experiências, uma lógica: cana-de-açúcar em São Paulo e usinas hidrelétricas na Amazônia

O filósofo Franz Hinkelammert afirmou a presença da tortura entre nós. Apoiou sua argumentação em bases sólidas: nas palavras proferidas pelo general francês Massis durante a guerra da Argélia, segundo as quais “a tortura é eficaz; por conseguinte, necessária”. Depois, trouxe-nos a obra de Albrecht, ex-Primeiro Ministro do Estado da Baixa Saxônia (Niedersachsen) da Alemanha, onde afirma, contundente, que “por vezes” a tortura se justifica, como no caso de uma chantagem ameaçadora para a vida por parte de um terrorista preso; por fim, lembrou o depoimento de VanNatta, quando do encerramento de suas atividades junto a Superintendência de Camp Delta: “trata-se do ano mais importante que jamais vivi, porque estou convencido de que salvamos vidas” (HINKELAMMERT, 2006, p. 360). Com isso, o ensaísta nos revelou a lógica da tortura:

[...] o que é eficaz, por isso é necessário e bom. O que se pode fazer, deve-se fazer. Ademais, para saber o que se pode fazer há que fazê-lo. Ao não refletir para a além da ação meio-fim, apenas aparecem limites aceitáveis para a ação. A mística do progresso apaga todos os limites. Transforma-se no portador da eficácia (HINKELAMMERT, 2006, p. 358).

Entendemos que igualmente ocorre com a força-de-trabalho: aplicada até seu limite é eficaz e, nessa lógica, necessária para atingir o fim a que veio. Nesses termos, a tortura praticada no campo de concentração em Guantânamo ou o trabalho no corte da cana-de-açúcar nos canaviais paulistas tem o mesmo fundamento, a mesma lógica. E é, novamente, Maria Aparecida de Moraes Silva quem demonstra.

Segundo a autora, a vida útil de um cortador de cana nos canaviais paulistas varia de 15 a 20 anos. Diz, ainda, que partir de 2004, exigiu-se uma produtividade entre 12 e 15 toneladas por trabalhador, por dia. Citando Rodolfo Vilela, a autora afirma que em 10 minutos um trabalhador corta cerca de 400 quilos de cana, deferindo 131 golpes de podão e fazendo 138 flexões de coluna. Isso em temperatura superior a 27° C. Nesse ritmo e intensidade de trabalho, a carga cardiovascular é acima de 40%, podendo, os batimentos cardíacos, chegarem a cerca de 200 por minuto. Nesse contexto, para além dos registros de trabalhadores incapacitados para o trabalho por período determinado ou permanente, entre 2004 e 2007, o trabalho no corte da cana-de-açúcar teria sido responsável por 21 mortes de trabalhadores por exaustão (SILVA, 2008, p. 74-75).

Nas projeções feitas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o agronegócio – 2006/07 a 2017/18, segundo a socióloga, o Brasil se transformará no maior produtor de soja do mundo, passando de 40% para 59,4%, exportará 55,6% do total global de 177 milhões de toneladas de açúcar produzidas; sairá da casa dos 17,6 bilhões de litros de etanol para 41,6; produzirá cerca de 64 milhões de toneladas de milho, do total mundial de 850 milhões; será líder na exportação de carne bovina, ao lado de Austrália, Argentina e Índia, com um volume de 2,85 milhões de toneladas; e será um país importador de arroz e trigo, já que a produção nacional será inferior ao consumo interno; no caso do leite, a produção será restrita ao abastecimento interno, podendo haver a necessidade de importação (SILVA, 2008, p. 76-77).

Tortura e morte dão um tom sinistro nas nebulosas bases do novo colonialismo dos tempos globais, intra, inter e transnacional, que fundamenta a integração brasileira à economia-mundo, dando forma aos projetos privados de desenvolvimento capitalista.

Mas a “mística do progresso” também se revela na forma de apropriação dos recursos naturais e suas conseqüências para povos cuja experiência está, historicamente, associada aos territórios-base da presença do novo colonizador transnacional.

Maxine Shorto, artista e antropóloga, expôs o problema da construção de usinas hidrelétricas no Rio Xingu, empreendimento da empresa Eletronorte, e algumas de suas conseqüências. Segundo a autora, “o impacto que estas construções causariam inclui a construção de rodovias e a remoção da floresta (...) e 20.000 quilômetros quadrados seriam cobertos por água...”, com aproximadamente dez mil índios atingidos (SHORTO, 2009, p. 5).

A justificativa para a construção destas hidrelétricas é a de fornecer mais energia para o estado do Pará e restante do país. O verdadeiro interesse é revelado na aliança entre Muniz, o Presidente da Eletrobrás, acionista principal da Eletronorte, e os investidores do projeto, as companhias construtoras lideradas pela Camargo Correa, as empresas de equipamento pesado lideradas pela ABB e Voth Siemens e as companhias que consomem altíssimas quantidades de energia elétrica (SHORTO, 2009, p. 6).

Com o projeto, os mais afetados seriam os povos Kayapó, que têm protestado desde 1989, quando da apresentação dos primeiros passos desse empreendimento pelo governo da Amazônia, junto dos povos Xavantes, já afastados da área em que viviam, entre o Araguaia e o Rio Tocantins, em razão do avanço do capital.

Estes últimos, diz a antropóloga, já tiveram seus costumes de caça profundamente alterados, já que o caráter nômade de suas tribos tem sido restringido dentro da reserva. A própria Fundação Nacional do Índio-FUNAI teria contribuído, a partir dos anos de 1970, para a redução da variedade alimentícia presente na dieta dos Xavantes e a inclusão de alimentos industrializados, quando da introdução do projeto de cultivo de arroz mecanizado. Os graves problemas de saúde que assolam esses povos seriam as manifestações das alterações de sua dieta alimentar. Além disso, uma prática cultural-religiosa de máxima importância para os Xavantes estaria sofrendo fortes abalos, qual seja, sua capacidade de comunicação com seus ancestrais na esfera do sonho. Maxine Shorto explica que:

Quando os mais velhos Xavantes sonham, eles contam o sonho para toda a aldeia e por algumas semanas a tribo prepara uma encenação sobre o sonho. Hoje, com a introdução de alimentos industrializados e álcool na dieta deles, isto tem interferido na habilidade dos idosos em conectarem-se com a esfera do sonho (Idem).

Pois o xamanismo praticado pelos Xavantes e também pelos Kayapós, entre outros povos, prossegue a autora, conecta a religião com o mundo animal e da caça. “O Xamã é espiritualmente conectado com os animais selvagens que fornecem comida e roupa”. É, pois, o mediador que através do sacrifício feito em ritual acalma os espíritos. “Para o Xamã, o Universo é concebido como uma força poderosa e incerta, mas também personalizada. Todos os seres vivos (...) possuem vida e alma e interage uns com os outros”. O sonho é, precisamente, o lugar do encontro com o sagrado e com o proibido. “Para obter os benefícios da natureza, frutas, remédios, alucinógenos, os índios precisam observar certas regras de conservação”. Se para o branco capitalista, árvore pode vir a ser lucro, para o Xamã, a árvore “...guia (...) [a] visão em direção ao céu, (...) mostrando o eterno sagrado” (Idem).

Interromper a profunda ligação entre os povos indígenas, a natureza e a espiritualidade, trata-se, pois, do caráter mais nefasto do novo colonialismo transnacional.

Desmantelamento e recomposição do projeto nacional: algumas considerações finais

Octávio Ianni, ainda em 2001, no II Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura: perspectivas para a América Latina, ocorrido em São Paulo, cujos resultados foram publicados em 2007, em obra organizada por Maria Nazareth Ferreira, afirmou que o Mercosul estava sendo “...orquestrado pelas corporações e posto em prática pelos governos nacionais”. Mais adiante, prossegue o sociólogo brasileiro, dizendo que o Mercosul vinha, na verdade, “...acompanhado de um processo avassalador de destruição de todos os projetos nacionais na Argentina, no Brasil, no Uruguai e no Peru. Algo que também ocorreu no Chile e na Bolívia” (IANNI, 2007, p. 114-115).

Ianni (2007, p. 115-116) ainda afirmou que:

A transnacionalização está implicando não simplesmente, como se diz, a reforma do Estado com descentralização, modernização e Estado mínimo, mas na verdade significa a destruição dos projetos nacionais que já tinham sido montados. Não eram projetos dos sonhos de muitos de nós, mas a verdade é que a instauração do Mercosul vem acompanhada da reforma do Estado, de uma redefinição do aparelho estatal, a rigor, de uma redução do princípio de soberania e de uma progressiva adequação dos aparelhos estatais às exigências da transnacionalização de um total desmonte dos projetos nacionais.

James Petras, mais recentemente, também afirma testemunhar “...o desmantelamento de toda a estrutura econômica que caracterizou a construção dos Estados nacionais da América Latina e Caribe...” e assistir ao “...retorno a formas econômicas pré-nacionais. O autor argumenta que a criação de um Estado e uma economia nacionais verificadas entre as décadas de 1930 e meados de 1970, capaz de criar as infra-estruturas sociais de uma “sociedade moderna”, passaram a sofrer, a partir de 1975, uma série de derrotas políticas que “...restauraram as formas econômicas e políticas pré-nacionais”. Para ele, o que se tem chamado de “...neoliberalismo é a restauração política, pela força, de formas anteriores de exploração capitalista...”. (PETRAS, 2007, p. 1-3).

A expansão dos serviços privados de educação e saúde seria a expressão da natureza da restauração das formas de gestão da política e da economia pré-nacionais, que asseguram a reprodução de uma estrutura rígida de classes, bem característica das sociedades de “exportação agromineral”. Além disso, no lugar dos serviços públicos profissionais emerge a caridade e o voluntariado como resultado do “assalto geral dos empregados do setor público”, algo típico do período anterior dos Estados nacionais. Neste, o setor mais lucrativo e dinâmico do capital estaria entre os capitalistas imobiliários, articulados às instituições financeiras, às empresas de construção e ao Estado:

Igual ao que ocorria com o capitalismo pré-nacional, o capitalismo imobiliário contemporâneo está baseado na propriedade e na renda da terra e nas valorizações especulativas e não nos benefícios derivados da produção de bens e serviços. O Estado desempenha um papel chave na expansão do capital imobiliário, mediante a apropriação de propriedades rurais e urbanas de grande valor que pertencem a habitantes pobres da cidade e do campo, e sua transferência para as elites endinheiradas. Em outras palavras, a força política, os métodos do capitalismo dos princípios (“acumulação primitiva”) que desloca as massas e permite que as propriedades e outras formas de capital, como a agroindústria, explorem a terra (PETRAS, 2007, p. 3).

Nesses termos, o Estado não estaria “desregulando” ou muito menos se “retirando” da economia mas, ao contrário, criando novas normativas para expansão dos negócios estrangeiros. Mas se no período colonial, a entrada do capital estrangeiro se restringia as atividades de exportação agro-minerais, hoje, adentra os setores primários, secundários e terciários. Atuariam, assim, em quatro níveis de exploração interrelacionados. Primeiro, nos

recursos produtivos que se exploração na América Latina, Ásia e África. Segundo, nos benefícios da exploração da mão-de-obra e dos recursos naturais. Terceiro, a extração de interesses, rendas e regalias. Quarto, nos fundos de inversão, de aposentadorias e de alto risco, dos quais se beneficiam das fusões e das aquisições de corporações multinacionais e das especulações. “Os vínculos entre os diferentes níveis da estrutura de classes são poderosos pelas relações entre os setores e seus interesses comuns na exploração da mão de obra e dos recursos naturais”. Por isso, diz o autor, que não existem “burgueses progressistas”, mas conflitos entre setores mais poderosos do capitalismo (PETRAS, 2007, p. 4).

James Petras afirma, no entanto, que a restauração de um regime e estrutura econômica de “formas pré-nacionais” tem criado “pontos débeis” que podem conduzir a importantes mudanças, como a incapacidade dos novos regimes eleitos de lançar um novo projeto político; a emergência de sociedades polarizadas, em razão da concentração e centralização de capital através do crescimento massivo das fusões e aquisições que tem integrado as economias, radicalizando as contradições entre propriedade privada e produção social; depois, a vulnerabilidade do sistema financeiro, de seguros e imobiliário, já que são especulativos e acumulam renda sem produzir valor e está divorciado da produção direta e, com isso, sujeito a volatilidade e crise; por fim, o *boom* das manufaturas internacionais, como no caso dos metais básicos ou produtos agrários, produzindo um grande incremento para os governos latino-americanos:

Estão presentes todos os ingredientes básicos para uma transformação estrutural, como nunca antes havia ocorrido. Várias mudanças estratégicas são necessárias e factíveis. A chave está na renacionalização dos setores de exportação agro-minerais lucrativos mais dinâmicos, os quais permitem financiar um setor manufatureiro vasto e diversificado, a produção de alimentos em grande escala, em granjas altamente mecanizadas e importantes inversões públicas para reconstruir os serviços sociais (PETRAS, 2007, p. 6).

Além disso, haveria a necessidade de aquisição pública do setor dinâmico do comércio, que produz a maior fonte de renda pública para intervenções estatais em longo prazo. Com isso, o autor considera que “...o desenvolvimento orientado pela exportação é um motor para o desenvolvimento social” cujo problema está na definição da classe social que dirige e controla seus benefícios, bem como sua conversão no mercado local, o que exigiria, entre outros, a reconversão da propriedade privada em propriedade pública e das plantações em grande escala originárias de processos ilícitos, violentos ou arbitrários em empresas públicas de trabalhadores (Idem). Nesses termos, um novo projeto nacional de desenvolvimento poderia emergir, sob a égide das classes, grupos, povos e movimentos até agora subalternizados.

José Carlos Mariátegui enfrentou a discussão sobre a luta pela autonomia dos povos, articulando o conceito de colonialismo interno ao conceito de luta de classes e de libertação nacional, colocando “...os povos indígenas no centro da problemática nacional...” e propondo “...uma luta nacional e ibero-americana em que o indo-nacional e o indoamericano inserem-se na realidade da luta de libertação e de classes” (CASANOVA, 2006, 406). Nos primeiros anos do século XXI, na América Latina, os povos indígenas re-emergem e articulam a secular resistência praticada em seus territórios com a questão dos direitos. Aproximam-se, assim, dos trabalhadores rurais dos canaviais do interior de São Paulo, que, quanto se integram a movimentos como o MST também praticam a resistência e reivindicam novas condições de trabalho e vida e estes, por sua vez, encontram referências comuns junto aos trabalhadores e povos uruguaios, argentinos, paraguaios, bolivianos, peruanos, equatorianos...

Como indica Pablo G. Casanova, é o “...respeito ao diálogo das crenças, das ideologias, e das filosofias ligado à descolonização da vida cotidiana e dos ‘momentos

estelares' da comunidade crescente..." que irá esboçar "...uma humanidade organizada" (CASANOVA, 2006, p. 416-417) por trabalhadores do campo e da cidade, povos distintos, estudantes, intelectuais, partidos políticos, entre outros.

Referências bibliográficas

CACCIA-BAVA, A. Da rebelião das massas e da resistência. In: OLIVEIRA, D.; NOGUEIRA, S. (orgs.). Mídia, cultura e violência: leituras do real e da representação da sociedade midiaticizada. São Paulo: CELACC-ECA/USP, 2009.

CASANOVA, P. G. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (orgs.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2006.

FABRINI, J. E. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. In: Revista Pegada. (Dossiê: Agronegócio, Destrutivismo Social e Ambiental em Tempos de Progresso Econômico). v. 9, n. 1., Jun 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/pegada.htm>. Acesso em 17 Set 2009.

FERNANDES, F. Reflexões sobre as Revoluções Interrompidas (Uma rotação de perspectivas). In: SADER, E. (coord). Cadernos de pensamento crítico latino-americano. São Paulo: Expressão Popular, CLACSO, 2008 (Pensamento social latino-americano; v.2).

HINKELAMMERT, F. A globalidade da terra e a estratégia da globalização. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (orgs.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2006.

IANNI, O. Sociedade, Política e Economia no Mercosul. In: FERREIRA, M. N. (Org.). Cultura e comunicação: perspectivas para a América Latina. Edição de textos Silas Nogueira; Autores Octávio Ianni... [et Al.]. – São Paulo: CELACC; ECA; USP, 2007.

KATZ, C. América Latina frente a la crisis global. Disponível em www.lahaine.org/katz. Acesso em: 10 Mar 2010.

LUCE, M. La expansion del subimperialismo brasileño (La política de integración Del gobierno Lula em América Latina). Revista mensual de la Izquierda Nacional-Tercera Época – Año 1 Numero 9 Mes: Diciembre 2008.

MARIÁTEGUI, J. C. Ideologia y Política. Lima: Amauta, 1969.

PETRAS, J. Repensar El desarrollo de América Latina y El Caribe para el Siglo XXI. México: Memoria, n° 224, noviembre 2007. Disponível em: <http://www.memoria.com.mx/index.php?contenido=articulo&ellink=revistas/224/AMERICA%20LATINA%20James%20Petras.html>. Acesso em 10 mar 2010.

OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

SILVA, M. A. de M. Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho. In: Revista Pegada. (Dossiê: Agronegócio, Destrutivismo Social e

Ambiental em Tempos de Progresso Econômico). v. 9, n. 1., Jun 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/pegada.htm>. Acesso em 17 Set 2009.

SHORTO, M. O retorno ao sagrado: aprendendo com os índios. In: The Ecologist Brasil – Outono 2009.